

---

César Rina Simón (ed.)

Procesos de nacionalización e identidades  
en la península ibérica



Cáceres  
2017

Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra solo puede ser realizada con la autorización de sus titulares, salvo excepción prevista por la ley. Diríjase a CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos, [www.cedro.org](http://www.cedro.org)) si necesita fotocopiar o escanear algún fragmento de esta obra.



- © César Rina Simón (ed.), para esta edición
- © De los autores, para esta edición
- © Universidad de Extremadura, para esta edición

Tipografía utilizada: Charlemagne Std e ITC Garamond Std (para cubierta), Bembo Std (para páginas iniciales) y Palatino LT Std (para el texto de la obra)

Imagen de cubierta:

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones  
Plaza de Caldereros, 2. 10071 Cáceres (España)  
Tel. 927 257 041; Fax 927 257 046  
[publicac@unex.es](mailto:publicac@unex.es)  
<http://www.unex.es/publicaciones>

I.S.B.N.: 978-84-7723-000-0

Impreso en España - *Printed in Spain*

Impresión: Dosgraphic, s. l.

# ÍNDICE

	<u>Páginas</u>
Contextos y transdisciplinariedad en la renovación de los estudios ibéricos <i>César Rina Simón</i>	11
<hr/> <b>Bloque I. La nacionalización en la península ibérica</b> <hr/>	
Los metarrelatos nacionales y el retorno del nacionalismo historiográfico <i>Francisco Javier Caspistegui</i>	19
Evolución y rasgos de las historiografías de los nacionalismos en España <i>Juan Sisinio Pérez Garzón</i>	47
¿Una nación <i>invertibrada</i> o diversa? La nacionalización española en el largo siglo XIX <i>Ferran Archilés</i>	75
Comemorações e identidade nacional: o caso português <i>Maria Isabel João</i>	95
¿El <i>seny</i> o la <i>rauxa</i> ? Los espacios ideológicos del catalanismo <i>José Antonio Rubio Caballero</i>	113
<hr/> <b>Bloque II. Conflictos y convergencias en las identidades ibéricas</b> <hr/>	
Iberismos, pan-hispanismo, fronteiras: uma reflexão conceptual <i>Sérgio Campos Matos</i>	139
Comunidad histórica y conflicto nacional en el espacio ibérico: el peso de la larga duración histórica <i>Juan Carlos Jiménez Redondo</i>	153

El Iberismo como azar en la historia contemporánea de la Península Ibérica <i>Montserrat Huguet</i>	173
Miradas cruzadas: diplomacia, iberismo e identidad nacional en la península ibérica (1850-1910) <i>Ignacio Chato Gonzalo</i>	191
Límites y contextos de los iberismos en el siglo XIX <i>César Rina Simón</i>	217
Construyendo la nacionalidad ibérica en la prensa madrileña del Ochocientos. Análisis conceptual del mensaje periodístico en torno al iberismo <i>Pablo Hernández Ramos</i>	235
Uma bandeira anti-iberista: o «perigo espanhol» <i>Paulo Rodrigues Ferreira</i>	255
La contrarrevolución ibérica. De la implantación del liberalismo al salazarismo y el franquismo <i>Javier Esteve Martí</i>	273

### **Bloque III. Perspectivas antropológicas sobre el espacio y la frontera**

---

Fronteiras, cultura e práticas do quotidiano: perspetivas a partir da antropologia <i>Maria de Fátima Amante</i>	293
Das unidades de análise no estudo das fronteiras: escalas de um caso ibérico <i>Paula Godinho</i>	309
La frontera como ficción: una aproximación a las geografías literarias de Silvio Santiago <i>María Lois Barrio</i>	325

### **Bloque IV. Literatura, narrativas y lenguajes audiovisuales**

---

Los Estudios Ibéricos como estudios literarios: algunas consideraciones teóricas y metodológicas <i>Santiago Pérez Isasi</i>	347
---	-----

- Sobre la encrucijada ideológico-estética del modernismo y la vanguardia en la península ibérica: el caso de la revista *Contemporânea*** 363  
*Antonio Sáez Delgado*
- Bautizar la utopía: Iberia como solución catalana a España** 373  
*Jesús Revelles Esquirol*
- Portuguesismos em cena: Representações da história de Portugal no teatro galego** 385  
*Iolanda Ogando González*
- La Revolución de los Claveles vista a través de Televisión Española (Abril de 1974-abril de 1976)** 403  
*Virginie Philippe*
- Transición y democracia del sector audiovisual en la Península Ibérica: un recorrido por la regulación televisiva de España y Portugal (1975-1990)** 427  
*José Manuel Moreno Domínguez*

# COMEMORAÇÕES E IDENTIDADE NACIONAL: O CASO PORTUGUÊS

MARIA ISABEL JOÃO

Heróis do mar, nobre povo,  
Nação valente, imortal,  
Levantai hoje de novo  
O esplendor de Portugal!  
Entre as brumas da memória,  
Ó Pátria sente-se a voz  
Dos teus egrégios avós,  
Que há de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!  
Sobre a terra, sobre o mar,  
Às armas, às armas!  
Pela Pátria lutar  
Contra os canhões marchar, marchar!

Pretende-se no texto que se segue analisar a forma como os vários ciclos comemorativos, dos séculos XIX e XX, em torno da era dos descobrimentos e das grandes navegações dos portugueses, contribuíram para a construção de narrativas sobre nós que se foram impondo como formas de identificação nacional. O hino nacional, em epígrafe, é de certo modo a súpula dessa narrativa e, por isso, não é despropositado começar por compreender o seu sentido e o contexto da década de 1890 em que surgiu a marcha patriótica que viria, posteriormente, a dar-lhe origem.

## 1. A PORTUGUESA

O hino nacional é um símbolo identificador marcante para as sociedades contemporâneas. Os cidadãos aprendem a trauteá-lo na escola e nas grandes manifestações públicas de massas aparece sempre como um momento alto de união e de reconhecimento do Estado-Nação. Nas grandes competições desportivas internacionais, mormente nos jogos olímpicos e nos campeonatos muito populares de futebol, os hinos tornaram-se um elemento obrigatório do espetáculo, o que contribui para serem bem conhecidos de todos os cidadãos.

O hino português tem pouco mais de um século e foi adotado pelo regime republicano em 1911 como um símbolo nacional, a par da bandeira verde/rubra<sup>1</sup>. Escrito

---

<sup>1</sup> Sobre a história destes símbolos ver: Nuno Severiano TEIXEIRA: *Heróis do Mar. História dos Símbolos Nacionais*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.

por um oficial da marinha e escritor em 1890, Henrique Lopes de Mendonça, e musicado por um compositor português de origem alemã, Alfredo Keil, inspirado como o próprio reconheceu em *A Marselhesa*, a sua letra tem um significado simbólico bastante forte que se compreende melhor percebendo o contexto em que foi escrito. Trata-se de uma marcha patriótica que surgiu aquando do ultimato britânico ao governo português que visava impedir a ocupação de territórios em África que faziam parte do projeto de expansão imperialista que se estendia de Angola à contracosta, representado pelo célebre *mapa cor-de-rosa*. O projeto português chocava com os interesses britânicos naquela região da África Austral, nomeadamente com a ideia de estabelecer uma linha de continuidade do domínio britânico entre o Cabo e o Cairo que passava pela zona entre Angola e Moçambique. O ultimato é um episódio menor na política imperialista do final do século XIX, marcada por este tipo de disputas e pela lei do mais forte, mas teve uma importância duradoura no imaginário nacionalista português. A afronta britânica, como foi considerada, provocou uma emotiva reação nacional e deu origem a várias marchas patrióticas, mas a mais popular e que perdurou foi designada *A Portuguesa*.

A letra continha várias estrofes e um refrão onde se apelava às armas e à luta pela Pátria, o que é comum a muitos hinos nacionais. Símbolos de unidade e de afirmação nacional, os hinos têm em muitos casos um tom belicista que denota os contextos em que foram produzidos e o facto dos nacionalismos se estruturarem em contraposição a um real ou imaginário inimigo externo contra o qual é preciso mobilizar os cidadãos. Os outros dois tópicos relevantes do hino português são o passado glorioso, evocado através dos heroicos antepassados, e a necessidade de um ressurgimento, uma quase ressurreição de Portugal, que não morreu e se vai reerguer à altura da sua história mítica. O verso de abertura condensa de um modo lapidar a ideia de um povo que foi herói do mar, numa clara evocação dos descobrimentos e das grandes navegações portuguesas da idade moderna, em que Portugal deu «novos mundos ao Mundo», como se diz na segunda estrofe que não foi incluída na letra oficial do hino. A versão oficial somente foi estabelecida em 1957, pelo Estado Novo, e amputou o texto inicial de duas estrofes, o que se compreende porque era necessário reduzir a extensão da letra.

Subjacente à expressão «heróis do mar» está a ideia de uma idade de ouro da nação, uma época de «esplendor», como reza o hino, que os vários ciclos comemorativos dos descobrimentos portugueses contribuíram para situar entre os séculos XV e XVI, nos primeiros reinados da dinastia de Avis. O abandono de praças conquistadas no norte África e o malogro do jovem rei D. Sebastião, no desastre da empresa militar marroquina em Alcácer-Quibir, são já o prenúncio da decadência que o discurso nacionalista oitocentista também associava ao domínio castelhano, de 1580 a 1640. Essa decadência ainda tinha tido alguns sobressaltos de grandeza, em que se destacava a figura do ministro de D. José I, o Marquês de Pombal. Porém, as invasões francesas e as guerras civis da primeira metade do século XIX, bem como a clara consciência da dificuldade do Estado e da sociedade portuguesa para competir com o progresso técnico e industrial que pautou o desenvolvimento das nações avançadas, que serviam de exemplo para as elites politizadas e cultas, marcaram uma consciência deprimida do presente e o desejo de uma regeneração ou revivescência nacional, como também se

dizia. As revoluções e golpes de Estado faziam-se em nome dessa regeneração, desde o primeiro movimento liberal vintista, e o passado emergia por «entre as brumas da memória» como um estímulo e uma garantia de que a nação teria um futuro «ridente»<sup>2</sup>.

A marcha de Lopes de Mendonça e de Alfredo Keil, apesar dos seus autores serem monárquicos, viria a ficar associada ao republicanismo e à contestação ao regime monárquico que, em 1910, levaria à implantação da República. O governo português e o próprio rei D. Carlos apareciam aos olhos da opinião pública como responsáveis pela capitulação face às exigências britânicas, o que a propaganda republicana não deixou de capitalizar em seu benefício. Em 1891, uma revolta republicana tinha como epicentro a cidade do Porto, a 31 de janeiro, e a marcha dos amotinados foi *A Portuguesa*. Não admira, portanto, que os republicanos a tenham ido buscar para ser o Hino Nacional, tanto mais que a inspiração da música e o teor da letra coincidiam com valores caros aos republicanos. Também eles mitificavam a história e viam nela o garante de que o país poderia ter um futuro melhor, de que naturalmente queriam que o novo regime fosse o arauto e o construtor.

Expressiva do ambiente ultrarromântico e nacionalista do final do século, a marcha era, de certo modo, intemporal porque se escorava em mitos fortes e transversais das narrativas identitárias que vinham sendo, paulatinamente, construídas pelas elites portuguesas, à semelhança do que ocorria noutros países europeus. Nessas narrativas, a memória histórica desempenhava um papel decisivo e as comemorações dos grandes centenários nacionais são momentos privilegiados para o investigador poder observar o modo como elas se foram desenvolvendo ao longo de vários regimes políticos.

## 2. ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DAS COMEMORAÇÕES

As comemorações no sentido contemporâneo, laicas e expressamente orientadas para um pedagogia cívica que visa formar os cidadãos e desenvolver a cidadania, tiveram início em Portugal após a revolução de 1820, seguindo o exemplo da França e de outros países europeus onde ocorreram as revoluções liberais<sup>3</sup>. Contudo, o primeiro centenário moderno somente se realizou em 1880 e teve como marco o tricentenário da morte de Luís de Camões, o poeta épico da nação. A data tinha sido fixada pelo visconde de Juromenha, na sequência da investigação sobre a vida e obra do poeta, em 10 de junho de 1580<sup>4</sup>. Não havia qualquer certeza quanto a esse facto, mas ele ficou

<sup>2</sup> As duas estrofes excluídas assim o expressam:

Desfralda a invicta Bandeira,  
À luz viva do teu céu!  
Brade a Europa à terra inteira:  
Portugal não pereceu  
Beija o solo teu jucundo  
O Oceano, a rugir d'amor,  
E teu braço vencedor  
Deu mundos novos ao Mundo!

Saudai o Sol que desponta  
Sobre um ridente porvir;  
Seja o eco de uma afronta  
O sinal do ressurgir.  
Raios dessa aurora forte  
São como beijos de mãe,  
Que nos guardam, nos sustêm,  
Contra as injúrias da sorte.

<sup>3</sup> Ver: Isabel Nobre VARGUES: *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva, 1997.

<sup>4</sup> Jordão de FREITAS: «Morte e enterramento de Camões», in *4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924*, s.l., s.d., p. 14.

registado na memória nacional com a celebração do tricentenário e, posteriormente, com o quarto centenário do nascimento, em 1924. Finalmente, com a transformação do dia do santo laico da nação num feriado regular, primeiro do município de Lisboa e depois do próprio Estado, acabou por fixar-se na memória dos portugueses<sup>5</sup>.

Verdadeiro ícone romântico, a vida e a obra de Camões tinham todos os ingredientes necessários para acender a imaginação dos escritores e para o tornar numa figura popular<sup>6</sup>. Daí que, em 1867, a sua estátua tenha sido a primeira a ser erguida numa praça da capital e, alguns anos mais tarde, a proposta de realizar a comemoração do tricentenário da sua morte tenha juntado monárquicos e republicanos, católicos e laicos, elites e povo numa grande celebração nacional. A imprensa nacional e regional desempenhou na dinamização dos festejos um papel crucial e contribuiu para divulgar a história e a poesia camoniana<sup>7</sup>. Os restos mortais atribuídos a Camões e exumados na igreja do convento de Sant'Ana foram trasladados para o mosteiro dos Jerónimos, erigido assim em Panteão Nacional. A escolha do monumento e do lugar são significativos, porque se trata de um mosteiro erguido no reinado de D. Manuel, em estilo gótico, perto do lugar onde o infante D. Henrique tinha levantado uma igreja a Nossa Senhora de Belém, fronteiro ao estuário do rio Tejo donde tantas caravelas e naus partiram em longas viagens. A doação aos monges da ordem de São Jerónimo veio a determinar a designação por que é conhecido o mosteiro, que foi classificado como monumento nacional em 1907 e hoje é também reconhecido pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade.

Camões foi então celebrado como «símbolo da nacionalidade»<sup>8</sup>. Por trás desta expressão estava a ideia de que era um homem representativo do ser português que estava inextricavelmente associado ao destino da nação pela obra e pela vida. No seguimento lógico desta ideia, o escritor Oliveira Martins considerou Camões o epónimo de Portugal<sup>9</sup>. Para além das vicissitudes da biografia muito mitificada do poeta, suscetível de emocionar qualquer pessoa, a fortuna camoniana na galeria dos heróis nacionais prende-se com o facto de ser o autor de *Os Lusíadas*, a celebrada epopeia nacional. Nela passa em revista a história mítica de Portugal e a viagem de Vasco de Gama que assinalou a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Poema complexo e erudito, permeado de referências à mitologia clássica, a obra era somente conhecida por uma minoria culta, mas as sucessivas edições, com algumas de carácter popular e grandes tiragens, como a que foi distribuída com o jornal *Diário de Notícias*, no ano do centenário, permitiram a sua divulgação. A obrigatoriedade de estudá-lo nas escolas viria a impor-se como corolário lógico da importância que assumiu nas construções identitárias nacionais.

---

<sup>5</sup> Maria Isabel JOÃO: «The invention of the Dia de Portugal», *Portuguese Studies*, vol. 31, n.º 1 (2015), pp. 64-83.

<sup>6</sup> Ver Jorge Borges de MACEDO: «Camões em Portugal no século XIX», Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, Coimbra, 1985.

<sup>7</sup> Sobre o tricentenário ver a síntese de Fernando CATROGA: «Ritualizações da História», in *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 551-555.

<sup>8</sup> Maria Isabel JOÃO: *Memória e Império. Comemorações em Portugal 1880-1960*, Lisboa, FCG-FCT, 2002, pp. 525-541.

<sup>9</sup> Oliveira MARTINS: *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986 (2ª ed. revista, 1891), p. 249.

O culto erguido em torno de Camões, com a celebração dos centenários do nascimento e da morte ou da edição de *Os Lusíadas*, bem como do dia da morte, a 10 de junho, é a expressão mais acabada do papel importante das comemorações na construção das memórias da nação e da respetiva identidade. Partindo da noção antropológica de que a nação é uma «comunidade imaginada»<sup>10</sup> e o nacionalismo uma *forma de cultura* que veio a alcançar uma ressonância global nas sociedades contemporâneas<sup>11</sup>, consideramos as comemorações dos aniversários dos grandes homens e acontecimentos históricos como uma prática cultural destinada a criar um estado de comunhão, unidade e identidade coletiva, cujo quadro territorial e político é o Estado. No caso português, esse Estado tinha uma dimensão que transcendia as fronteiras originais da nação e que se procurou, paulatinamente, afirmar como um Império. As práticas e ritos comemorativos representam o percurso histórico da nação, os seus símbolos identificadores e a imagem que a comunidade tem de si própria e dos outros. Conferem sentido ao conjunto formado pelos indivíduos e grupos sociais que compõem aquela unidade política, fornecendo-lhes uma dimensão identificadora que os transcende e aproxima. Buscam, por conseguinte, o consenso e a unanimidade, mas não deixam de ser afetados pelas contradições e tensões sociais existentes nem de apresentar uma visão do mundo que traduz as conceções ideológicas dos grupos sociais dominantes e do poder vigente. Permitem, finalmente, exercer um controlo cognitivo na medida em que proporcionam uma versão oficial do passado, presente e futuro da comunidade nacional e da estrutura política através de representações simbólicas da Nação, do Império e dos próprios regimes.

As cerimónias comemorativas podem distinguir-se de outro tipo de rituais pelo facto de se referirem explicitamente a pessoas e a acontecimentos prototípicos que, mesmo quando tiveram uma existência histórica, foram profundamente mitificados. Seja como for, trata-se de algo ausente que se pretende tornar presente e, por isso, os ritos evocativos ocupam um lugar central na liturgia da comemoração. O termo *evocare* prende-se originalmente com os ritos mágicos de chamar os mortos ou as suas almas. Mantém uma estreita relação com *invocare* que consiste em pedir auxílio, particularmente o divino ou sobrenatural. Mesmo de forma remota e inconsciente, quando uma sociedade evoca os seus antepassados e os seus feitos está de alguma forma a colocar-se sob a sua proteção e a solicitar a ajuda de forças superiores em relação ao seu destino. Está, ainda, a proceder a uma operação coletiva de identificação com eles e com as ideias que tem de si própria e a reafirmar a continuidade.

Os indivíduos e os grupos sociais que formam a nação interligam-se num plano que só pode ser o do imaginário e das representações sobre nós como povo ou comunidade nacional. As comemorações contribuem para esse processo mais geral de identificação coletiva que permite *reliigare* os membros da nação de três formas: em primeiro lugar, (re)produzindo narrativas sobre a história da comunidade e símbolos suscetíveis de funcionar como elementos identificadores; em seguida, desenvolvendo um conjunto de práticas ritualizadas que visam fazer reconhecer essa identidade;

---

<sup>10</sup> Benedict ANDERSON: *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres, Verso, 1983, p. 6.

<sup>11</sup> Anthony D. SMITH: *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 28.

por último, instituindo formas definidas e recorrentes de assinalar de modo visível a existência da comunidade nacional.

A repetição tem uma importância fundamental na construção da memória e é nuclear para a comemoração. Processa-se, pelo modo, como o calendário é marcado de forma cíclica e regular por eventos destinados a introduzir na rotina dos dias uma espécie de pausa, um momento de evocação e, sobretudo, de introspeção coletiva, em que uma comunidade é chamada a reavaliar o seu presente à luz do passado e das aspirações em relação ao futuro. E afirma-se pela forma como são repetidas as ações: as mesmas práticas e ritos, nas mesmas datas, para recordar os mesmos personagens, os mesmos acontecimentos, os mesmos símbolos. Toda a comemoração vive da afirmação obsessiva do mesmo<sup>12</sup>. Deste modo, reafirma-se a identidade e a permanência da comunidade.

### 3. CICLOS COMEMORATIVOS NACIONAIS

No caso português, em conformidade com a ideia da repetição destacam-se os ciclos comemorativos que tomam como objeto privilegiado de evocação a época áurea da nação, os descobrimentos e as conquistas que permitiram forjar os impérios e, sobretudo, garantir um lugar de relevo para a nação na história do mundo. O primeiro ciclo ocorreu logo nas últimas décadas do século XIX, num contexto marcado pelas dificuldades políticas crescentes do regime monárquico, a contestação republicana interna, a crise económica e financeira do Estado português e a concorrência imperialista no plano internacional. Os governos não tinham condições políticas e financeiras para se empenhar em comemorações. Por isso, uma minoria ativa de cidadãos que giravam em torno da Sociedade da Geografia de Lisboa e da Academia Real das Ciências mobilizaram-se, depois do êxito do tricentenário camoniano, para participar na celebração da descoberta da América, realizada em Espanha, em 1892, e sonharam com uma grande comemoração nacional do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, em 1897-1898. As realizações acabariam por ficar muito aquém dos projetos grandiosos<sup>13</sup>. A participação portuguesa nas comemorações colombinas foi animada pelo objetivo de demonstrar a prioridade portuguesa no arranque dos descobrimentos e a importância das navegações dos portugueses e dos seus conhecimentos geográficos e náuticos para o achamento do Novo Mundo<sup>14</sup>.

Todavia, em 1894, a Câmara Municipal do Porto já se tinha destacado pela comemoração do quinto centenário do nascimento do infante D. Henrique, que ocasionalmente teve lugar naquela cidade do norte de Portugal. O evento teve o seu cronista no jornalista Firmino Pereira que deixou um relato circunstanciado e bastante completo

---

<sup>12</sup> Mona OZOUF: «Peut-on commémorer la révolution française?», *Le Débat*, nº 26, septembre 1983, p. 162.

<sup>13</sup> Ver: Maria Isabel JOÃO: «As comemorações do “Centenário da Índia”», in «Centenário da Índia» (O) e a memória da viagem de Vasco da Gama, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 17-59.

<sup>14</sup> Maria Isabel JOÃO: *Memória e Império...*, pp. 67-68. José Miguel PIMENTA SILVA: *Portugal no IV Centenário do Descobrimento da América (1892-1893)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

das festividades que contaram com a presença da família real e de representantes do governo, nomeadamente do presidente do Conselho de Ministros, Hintze Ribeiro<sup>15</sup>. O infante não era uma figura simpática e isenta de polémica, mas a sua grandeza impunha-se como iniciador dos descobrimentos portugueses e responsável pelo arranque da exploração da costa africana<sup>16</sup>. A obra de Oliveira Martins sobre *Os filhos de D. João I* teve uma importância marcante na representação da figura histórica, glosada pelos mais diversos intervenientes nas comemorações, que se viria a estender às comemorações posteriores<sup>17</sup>.

A fechar o século ocorria o quarto centenário do descobrimento oficial do Brasil que acabaria por passar quase despercebido em Portugal. Para além da conjuntura desfavorável daquele período, é importante referir que o grande acontecimento para a memória nacional fora até então o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e o seu herói Vasco da Gama, o Almirante dos Mares da Índia. O primeiro centenário foi celebrado em Goa, onde se ergueu um Arco Triunfal na velha cidade para evocar o acontecimento e prestar homenagem a Vasco da Gama. Os seus restos mortais tinham sido trasladados para o Mosteiro dos Jerónimos e, apesar de alguns episódios rocambolescos por causa das dúvidas sobre a identificação das ossadas que obrigaram a repetir a cerimónia, os restos mortais que lhe foram conferidos passaram a estar ao lado dos que a tradição atribuíra a Camões. Desde 1894 repousavam em túmulos de líos calcáreo na igreja de Santa Maria de Belém, na capela que fica à direita do cruzeiro, mercê de um legado testamentário de historiador Luz Soriano, falecido em 1891. Ora, Pedro Álvares Cabral continuou a fazer na igreja do convento da Graça, em Santarém. O seu feito tinha a comprová-lo a famosa carta de Pêro Vaz de Caminha, mas a sua importância só se revelaria com a progressiva colonização do Brasil. O Estado mandou, por isso, o cruzador D. Carlos com uma delegação de alto nível para estar presente nas festividades promovidas pelo governo brasileiro. O chefe da delegação, o conselheiro Francisco Maria da Cunha, descerrou o monumento de homenagem a Cabral, no Rio de Janeiro, ao lado do presidente brasileiro Campos Salles.

Os republicanos tinham feito a propaganda das comemorações dos centenários inspirados pelo positivismo francês, nomeadamente o escritor e professor do Curso Superior de Letras, Teófilo Braga, que viria a ser o presidente do primeiro governo provisório da República<sup>18</sup>. Em Portugal, tal como na França, os republicanos tiveram um papel essencial na reinvenção das tradições e na tentativa de criação de uma religião cívica suscetível de substituir o sistema de valores e de crenças da antiga sociedade. A maior parte dos símbolos e das instituições que identificam a nação surgiu, precisamente, entre 1880 e 1930: a bandeira, o hino, o Dia de Portugal, associado ao

<sup>15</sup> Firmino PEREIRA: *O Centenario do Infante D. Henrique*, Porto, Editor Magalhães & Moniz, 1894.

<sup>16</sup> Maria Isabel JOÃO: *Memória e Império...*, pp. 550-568, sobre as representações do infante D. Henrique no centenário de 1894. Para uma visão das construções historiográficas: IDEM, *O Infante D. Henrique na Historiografia, Estudo inicial e selecção de documentos*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, p. 214.

<sup>17</sup> Oliveira MARTINS: *Os filhos de D. João I*, 1ª ed., na *Revista Portugal*, 1889-1890, depois publicado em livro com texto revisto, ampliado e documentado, em 1891.

<sup>18</sup> Teófilo BRAGA: *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Porto, Tip. A.T. da Silva Teixeira, 1884.

culto de Camões, a forma republicana do Estado, a glorificação dos descobrimentos portugueses em grandes comemorações nacionais, os painéis atribuídos a Nuno Gonçalves, os monumentos nacionais, assim classificados entre 1907 e 1910, e até a primeira reforma ortográfica. Mas não será demais sublinhar que o processo não foi, exclusivamente, republicano e se inseriu num contexto mais geral de afirmação do Estado-Nação e do nacionalismo que atravessou as várias ideologias políticas daquela época.

Contudo, a I República portuguesa (1910-1926) não foi pródiga em comemorações de centenários. As condições de grande instabilidade política e social, a participação portuguesa na Grande Guerra, e as expedições africanas mobilizaram as forças dos líderes republicanos e o próprio regime. Apesar disso, não deixou de ser notável a mobilização em torno das comemorações da data da revolução –5 de Outubro– e dos mortos da guerra, tal como aconteceu noutros países europeus. Em termos de feriados regulares foram ainda introduzidos o 31 de Janeiro, primeira tentativa de instauração de uma República, e o 3 de Maio que, erroneamente, se considerava ser a data do descobrimento do Brasil. Era a forma de incluir uma data ligada à «epopeia» dos descobrimentos que somente tinha sido evocada até aquele momento em esporádicos centenários. A escolha do Brasil não era fortuita: a importância da comunidade portuguesa ali radicada por causa da emigração e a preocupação de estreitar relações económicas e políticas com o gigante da América Latina, o sonho acalentado por alguns de formar uma grande aliança atlântica que unisse Portugal e Brasil aliavam-se ao facto de aquele país ser sempre apresentado como o exemplo da capacidade colonizadora dos portugueses. Desde os governos de Sá da Bandeira, na década de 1830, que se sonhava com a criação de novos «brasis em África».

Daí que uma das celebrações centenárias de maior impacto público da I República tenha sido, ironicamente, a participação portuguesa no primeiro centenário da independência do Brasil, em 1922. O ponto alto foi a primeira viagem aérea que ligou Portugal e o Brasil, protagonizada por dois oficiais da marinha portuguesa, Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Numa altura em que feitos da navegação aérea impressionavam a opinião pública, a viagem foi um tremendo sucesso popular e gerou uma onda de simpatia e de homenagens aos dois homens que se tinham aventurado na travessia do Atlântico em condições precárias e difíceis. A retórica da imprensa equiparava o feito aos da era dos descobrimentos e os dois navegadores do ar aos heróis que tiveram a coragem de desbravar os oceanos e achar novas terras. No Brasil, a viagem e a verve do presidente da República portuguesa, António José de Almeida, contribuíram para gerar um movimento pró-lusitano que vinha ao arpejo das correntes nativistas então em voga e disso é testemunho os versos que se cantavam no Rio de Janeiro<sup>19</sup>:

Srs. Gago Coutinho e Sacadura Cabral  
Que vindes de Portugal  
Dentro desse passarinho  
Ao morro do Corcovado,  
Fica o mundo embasbacado

---

<sup>19</sup> Pinheiro CORRÊA: *Sacadura Cabral, Homem e Aviador*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, p. 212.

Pelo heroísmo português.  
Acabou-se o nativismo  
Eu sou irmão de vocês.

Efetivamente, o que do lado português se pretendia comemorar era o contributo da colonização portuguesa para a construção da nação brasileira, o que ficou bem patente na obra monumental dirigida pelo jornalista e escritor monárquico Carlos Malheiro Dias, que se exilara no Brasil, onde reuniu uma vasta colaboração de autores dos dois países: *A Colonização Portuguesa do Brasil* (1ª ed., Rio de Janeiro, 1921). Para além do centenário de 1922, as autoridades republicanas ainda se empenharam na comemoração dos centenários do nascimento do poeta Luís de Camões e da morte de Vasco da Gama, ocorrida de 24 para 25 de dezembro de 1524 em Cochim, na Índia<sup>20</sup>. A data do nascimento do poeta é incerta, mas comemorou-se a 10 de junho de 1924 tendo como referência a suposta data da morte e o ano de 1524. Anteriormente tinham sido celebrados no círculo restrito das academias – Sociedade de Geografia, Academia de Ciências e Instituto de Coimbra – o duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, em 1915, e o quarto centenário da morte de Fernão de Magalhães, em 1920. As publicações foram o melhor saldo dos dois centenários, com destaque para o trabalho da Academia de Ciências, no primeiro.

Neste âmbito, é importante destacar a linha de continuidade entre as comemorações dos centenários das últimas décadas da monarquia constitucional e da primeira República portuguesa. O modelo secular e de festa cívica, com intuítos fortemente pedagógicos, conferia muito espaço às associações cívicas e culturais que, na maior parte dos casos, foram as principais promotoras e organizadoras das comemorações. O Estado patrocinava as iniciativas e associava-se às celebrações através do apoio financeiro ou logístico e, sobretudo, pela representação das autoridades nas manifestações públicas e nas sessões solenes. A controvérsia sobre as comemorações era frequente e mesmo de um ponto de vista da construção das memórias havia espaço para vozes desencontradas e polémicas. Refira-se a que ocorreu em torno da figura do infante D. Henrique, em 1894, com uma corrente «anti-infantista» a fazer-se ouvir, e a que viria a decorrer em torno das causas da conquista de Ceuta, na década de 20, despoletada por um inovador ensaio de António Sérgio<sup>21</sup>. Esse quadro haveria de mudar com a instauração da ditadura e, posteriormente, com o regime do Estado Novo, a que ficou indissolúvelmente ligado o nome de António de Oliveira Salazar.

Em primeiro lugar, o regime fez da exaltação do passado e da tradição dita nacional uma fonte de legitimação do poder e a base da sua ideologia reacionária, no sentido literal do termo. É evidente que se trata de um passado mitificado e de uma tradição reinterpretada de acordo com os valores que interessava veicular junto das populações. A fórmula «Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho» que resume o discurso de Salazar, proferido em Braga no décimo aniversário do 28 de Maio, é bem a expressão dos princípios que nortearam o salazarismo.

<sup>20</sup> Maria Isabel JOÃO: *Memória e Império...*, pp. 87-90 e 131-132.

<sup>21</sup> António SÉRGIO: «A Conquista de Ceuta», in *Ensaio*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980, pp. 253-273 (1ª ed., 1920).

Em segundo lugar, a afirmação de um nacionalismo marcadamente autoritário e integracionista em que Nação se confundia com o Estado e com o próprio regime, de tal modo que os opositores podiam ser apontados como antiportugueses. E, nessa ordem de ideias, a defesa da herança colonial e do Império como algo de intrínseco da identidade nacional e a sua sacralização. Ao contrário da tradição liberal e evolucionista que considerava um facto natural a futura emancipação das colónias, apesar de longínqua, o salazarismo escudou-se na ideia da nação pluricontinental e multirracial para negar o direito da autodeterminação dos povos colonizados.

Em terceiro lugar, o autoritarismo e o carácter ditatorial do poder, centralizado pelo chefe do governo, mudaram a forma de organização das comemorações e as suas intenções. A iniciativa dos cidadãos ou das associações culturais e cívicas foi substituída por projetos de carácter oficial, impostos de cima para baixo. Os objetivos pedagógicos e cívicos desenvolvidos de forma aberta e difusa, com espaço para a controvérsia sobre todos os aspetos, foram anulados pela uniformização ideológica imposta pela propaganda do regime salazarista e, sobretudo, pela ação da censura e da polícia política.

O comemoracionismo do Estado Novo caracterizou-se globalmente por grandes encenações para consumo de um público de espectadores passivos e reverentes perante o passado, a tradição e a autoridade. A memória tornou-se um objetivo e um instrumento fundamental da conservação do poder, à semelhança do que aconteceu noutros países europeus<sup>22</sup>. Um exemplo significativo da manipulação da história ao serviço da propaganda e do culto do chefe é a associação que foi feita entre o infante D. Henrique e o presidente do conselho de ministros, Oliveira Salazar. O jornalista e escritor António Ferro, que foi responsável pelo Secretariado de Propaganda Nacional, tinha presente a imagem que brota das páginas de Oliveira Martins: o génio solitário e ascético, dominado por um grande pensamento, que sabia onde queria chegar e foi capaz de levar a cabo a sua obra. Na perspetiva de António Ferro, onde Salazar se «parece com o Infante de Sagres, é na sua tenacidade, no seu misticismo objectivo, tocando as realidades essenciais, na sua fé em si próprio, no seu sonho que parece absurdo, mas que ele sabe possível, porque a certeza está com ele, porque a certeza já está lá dentro...»<sup>23</sup>. Como o Infante é um sábio; um sábio moderno que domina as contas do Estado e se refugia no seu escritório a trabalhar, como aquele fazia na «Escola de Sagres». A estátua do escultor Francisco Franco não desmentiu essa ideia, apresentando-o com as vestes doutorais. É um homem só, «heroicamente só», sem mulher, sem filhos, sem amigos, cujo único desejo é que o deixem trabalhar em prol da sua pátria. Do escopo do Infante, de Oliveira Martins, só não tem a dureza; em contrapartida, António Ferro pôde descortinar nele «uma sensibilidade clara [...] à flor dos olhos». Toque luminoso, lampejo de humanidade que completa o retrato do desejado salvador de Portugal.

As diferenças das épocas e dos regimes, das práticas e dos discursos ideológicos não excluem a continuidade dos tópicos históricos comemorados nos centenários. Mesmo nos feriados regulares há permanências significativas: o 1º de Dezembro remonta,

---

<sup>22</sup> A comemoração do passado atingiu o auge na Alemanha nazi e na Itália fascista, Jacques LE GOFF: «Memória», in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 38.

<sup>23</sup> António FERRO: *Salazar o homem e a sua obra*, Lisboa, 1982, p. 178.

provavelmente, ao século XVII, e evoca o fim do domínio filipino e a restauração da independência nacional e atravessou os vários regimes políticos até considerações de circunstância financeira terem determinado a sua suspensão pelo governo, em 2013, sendo reposto em 2016; o 10 de Junho tornou-se festa nacional em 1925 e manteve-se como o Dia de Portugal; o 5 de Outubro também foi conservado pelo Estado Novo, dado que permaneceu a república (também foi suspenso em 2013, e remotado em 2016); pelo contrário, o 31 de Janeiro e o 3 de Maio foram mais efémeros e saíram do calendário oficial em 1952.

No domínio dos grandes centenários nacionais destacaram-se dois eventos: o duplo centenário de 1940, alusivo à fundação da nacionalidade e à restauração de 1640, e o quinto centenário da morte do infante D. Henrique, em 1960, que já foram exaustivamente analisados em diversos estudos<sup>24</sup>. Neles o regime investiu consideráveis recursos humanos e financeiros, bem como expectativas políticas que de certo modo foram goradas no plano internacional. No primeiro, por causa da guerra que diminuiu o alcance e o impacto esperado com as comemorações. Apesar de terem como mote a edificação da nação em dois momentos cruciais da sua história, em que se realizou a fundação e a restauração do reino de Portugal, decorreram sob o signo de uma ideia imperialista da nação que ficou bem patente na grande Exposição do Mundo Português, na zona ocidental de Lisboa, em Belém, num terreno fronteiro ao Mosteiro dos Jerónimos, com a Torre de Belém e o rio Tejo a delimitá-lo, por um lado, e com o Jardim Colonial, por outro. Este último foi o cenário escolhido para a exibição dos povos das colónias nos seus trajes e costumes tradicionais. No segundo, em 1960, já se descortinavam os sinais de rutura que haveriam de conduzir ao início da guerra colonial, no ano seguinte. O regime escudava-se numa estratégia defensiva de exaltação do passado histórico e do patrono dos descobrimentos e conquistas que permitiram fundar o império português.

Outros acontecimentos históricos recordados foram a passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes (1934), a descoberta da Guiné (1946), uma iniciativa do governo local dirigido pelo comandante Sarmento Rodrigues, a restauração de Angola e o nascimento de António Enes (1948), celebrado na metrópole e em Moçambique, onde tinha sido governador colonial, e as múltiplas celebrações em torno de Mouzinho de Albuquerque e do seu feito militar que determinou o fim do império vátua, no sul de Moçambique. Ambos eram considerados «heróis da ocupação», isto é, eram valorizados como símbolos da ocupação colonial e das vitórias nas guerras que tinham permitido impor o domínio português na África. Em 1955, realizou-se o centenário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque a culminar as muitas homenagens e evocações feitas em sua memória. Voltando aos heróis quinhentistas, em 1969, ainda se recordou o quinto centenário do nascimento de Vasco da Gama e, mais adiante, também se evocou a data da primeira edição de *Os Lusíadas* (1972).

No âmbito temático, é notória a permanência dos temas das grandes comemorações nacionais neste período de quase um século que medeia entre as últimas décadas

---

<sup>24</sup> Ver: Fernando CATROGA: «Ritualizações da História», in Luís Reis TORRAL, José Amado MENDES e Fernando CATROGA: *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 579-612 e o meu estudo já citado, *Memória e Império, As comemorações em Portugal 1880-1960*.

do século XIX e o regime do Estado Novo. Neste aspeto, há umnexo que se pode estabelecer: em 1880, o Terceiro Império português estava na sua fase inicial e heroica, com as viagens de exploração pelo interior da África e as campanhas militares de ocupação colonial, depois consolida-se e, no início da década de 1960, entra no caminho que irá conduzir ao seu fim. Nesse período celebra-se uma ideia imperial da nação em que os heróis antigos, sobretudo os dos descobrimentos e da expansão, emparceiram com outros mais recentes da saga colonialista. No país e nas colónias proliferam as estátuas, as lápides e as inscrições alusivas, e os seus nomes ficam registados na toponímia.

#### 4. COMEMORAÇÕES PÓS-COLONIAIS

No período pós-colonial, teria de haver necessariamente mudanças. O golpe de Estado de 25 de abril de 1974 pôs fim ao Estado Novo e abriu a possibilidade de se acabar com as guerras nas colónias e proceder à descolonização. O processo foi rápido e teve pesados custos políticos e sociais, em Portugal e nas colónias. No clima de instabilidade que se viveu nos anos revolucionários percebeu-se, contudo, que o novo regime democrático iria conservar os feriados históricos, acrescentando somente a efeméride do 25 de Abril ao calendário das comemorações regulares. Inclusive, no sobressalto da mudança política é notável que o dia de Camões não tenha sido esquecido em 1974, o que mostra de que modo se tinha enraizado na consciência nacional. De facto, realizou-se uma manifestação popular de solidariedade com as Forças Armadas na capital, que foi desembocar no Largo Luís de Camões, onde foram colocadas flores no monumento. Por sua vez, um Movimento Democrático de Artistas Plásticos, no Mercado da Primavera, promoveu festejos culturais e foi pintado um painel alusivo ao 25 de Abril.

Na reportagem sobre as celebrações, o escritor comunista Urbano Tavares Rodrigues mostra que os setores de esquerda acalentavam o ideal patriótico da comemoração do 10 de Junho, mas identificado agora com o povo e com as insurreições revolucionárias<sup>25</sup>:

«Dia do povo e não da raça. Dia da liberdade e da fraternidade, dia de Portugal restituído à liberdade e à vocação democrática dos heróis anónimos do cerco de Lisboa descritos pela pena colorida de Fernão Lopes, à grande tradição patriótica, vinculada às massas, das insurreições do Alentejo e de Lisboa, em 1640, contra o domínio castelhano, das grandes batalhas do liberalismo, em 1820. Dia das mães unidas, da imaginação à solta, da convergência das artes, da profunda expressão de reconhecimento e solidariedade do Movimento Democrático dos Artistas Plásticos com o Movimento Libertador das Forças Armadas, ao qual se deve a dignificação do país, seu ingresso num convívio internacional, de que estava justamente segregado, devido à imagem da ditadura fascista».

Recuperava-se, deste modo, uma ideia do Dia de Portugal mais conforme com os valores da I República e do mito camoniano uma imagem que também tinha estado presente no tricentenário, em 1880<sup>26</sup>. O poeta foi então apresentado pelos republicanos

<sup>25</sup> «Dia da Arte e do Povo no Mercado da Primavera», *O Século*, Lisboa, 12 de junho de 1974, p. 4.

<sup>26</sup> Maria Isabel JOÃO: *Memória e Império...*, pp. 525-533.

como um porta-bandeira dos descontentes do regime monárquico, da revolução social e do renascimento do país. Muito longe, portanto, do Camões aristocrata, católico e conservador, combatente em África e no Oriente, cujo dia passara a ser visto como o Dia da Raça, logo na década de 1920. A ditadura e, em seguida, o Estado Novo mantiveram, primeiro, a tradição republicana de associar o dia à promoção da instrução pública, realizando sessões solenes de atribuição de medalhas aos professores do ensino básico. Porém, no início da década de 1960, o dia passou a estar ligado às guerras coloniais e à política de defesa do império português, destacando-se as cerimónias político-militares de atribuição de medalhas aos soldados que decorriam em Lisboa, geralmente no cenário privilegiado da Praça do Comércio, e nas sedes das regiões militares<sup>27</sup>.

Numa era pós-colonial seria indispensável proceder a um *aggiornamento* do dia de Camões e de Portugal, o que veio a acontecer em 1977 sob a égide do presidente da República, general Ramalho Eanes. Assim, o decreto-lei nº 80/77, de 4 de março, estabeleceu que seria o Dia das Comunidades, isto é, o dia em que o país se lembrava dos milhares de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo e em que estes, nas suas «comunidades» no estrangeiro, evocariam a ligação à pátria de origem. Como se refere no decreto, Camões «na expressão vincadamente portuguesa e de projecção universal da sua obra» parece ser a figura adequada para o efeito. O 10 de Junho foi, por conseguinte, reinventado como Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas. Mas logo surgiram críticas provenientes de vários setores e, inclusive, dos próprios círculos da emigração que não aprovavam que deixasse de ser o Dia de Portugal. A solução encontrada, em 1978, foi alterar a designação para Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o que se mantém até hoje. Celebra-se nele uma ideia da nação pós-imperial que se destaca por uma forte presença no mundo, através da projeção da sua língua e cultura e da diáspora dos seus cidadãos.

Já não se trata agora de defender um império, mas de afirmar uma presença no mundo relevante que não aliene o património histórico da nação caracterizado por contactos com várias regiões do globo e pela dispersão dos portugueses pelo mundo. Portugal ficou reduzido ao pequeno território na Península Ibérica e aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, mas isso não o apouca. A pátria é sobretudo espírito, vontade coletiva, solidariedade viva entre todos os portugueses, qualquer que seja o lugar onde vivem<sup>28</sup>. É também um passado que não se quer rejeitar e que se vai reinventando como «aventura», capacidade de abrir novos mundos ao mundo, de se relacionar com diferentes povos e culturas, de se fundir com os outros e de desenvolver relações fraternas.

Naquele contexto, compreende-se que em 1986, ano em que Portugal entrou formalmente na Comunidade Europeia, o décimo governo constitucional liderado por Cavaco Silva tenha decidido criar a Comissão Nacional para as Comemorações

---

<sup>27</sup> Ver sobre o assunto o artigo: «Dia de Camões e de Portugal: breve história de uma celebração nacional (1880-1977)», *Revista de História Jerónimo Zurita*, 86 (2011), Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 19-34.

<sup>28</sup> Discurso do presidente da República a 10 de junho de 1977. *Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas*, discursos proferidos na cidade da Guarda, durante as comemorações nos dias 9 e 10 de junho, s/l., Secretaria de Estado da Comunicação Social, Direção-Geral da Divulgação, [1977], p. 58.

dos Descobrimentos Portugueses (CNCDF), com o objetivo expresso de assinalar os 500 anos dos marcos mais importantes dos descobrimentos portugueses, nomeadamente, a passagem do cabo da Boa Esperança (1487), a chegada à Índia (1498) e a descoberta do Brasil (1500)<sup>29</sup>. O exemplo da Espanha que também já preparava um novo centenário colombino deve ter pesado na decisão política portuguesa. O ciclo comemorativo viria a prolongar-se até 2001 e o Estado, através de sucessivos governos da área socialdemocrata e socialista, investiu durante quinze anos significativos meios humanos e financeiros no projeto das comemorações dos centenários<sup>30</sup>. Além da Comissão Nacional, foi criado também um Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses que operava junto das escolas do ensino básico e secundário, no sentido de conferir uma dimensão pedagógica e formativa às comemorações para as novas gerações.

A comemoração deixou de ser, assim, um momento excecional, um interregno na rotina dos dias e no calendário, marcado pela celebração e a festa em torno da evocação de um acontecimento ou de uma personagem relevante para a comunidade nacional. Passou a ser ela própria uma atividade rotineira, de certo modo burocratizada pela existência de organismos com o seu *staff* e regras, que promoviam, financiavam, apoiavam múltiplas iniciativas da sociedade e, sobretudo, mantinham um programa anual, com prestação de contas à respetiva tutela governamental. Num regime democrático, a pluralidade dos discursos foi um facto, bem como a preocupação com as publicações de fontes históricas e de estudos, realizados por académicos e especialistas da época dos descobrimentos e da expansão, que foi reforçada no consulado dos dois últimos comissários, António Manuel Hespanha e Joaquim Romero de Magalhães, também professores e historiadores do período moderno.

Numa época marcada pela dissolução dos grandes quadros ideológicos maniqueístas que sustentaram as concepções nacionalistas-imperialistas, em que os diversos grupos sociais e as minorias podem fazer ouvir a sua voz através dos meios de comunicação social e da Internet, não é possível impor um discurso uniforme nem tão pouco isso seria desejável para as forças políticas no poder ciosas da imagem de defensoras da liberdade. Tal contexto acarreta atualmente dificuldades aos organizadores de comemorações, como é natural, e obriga a um cuidado redobrado com as palavras e os múltiplos significados que lhes podem ser atribuídos, com os discursos que se pretendem agregadores e tão consensuais quanto for possível, para que a comemoração cumpra o seu desiderato de ser um momento para recordar em conjunto e para unir os cidadãos. Um objetivo praticamente inalcançável como se viu na controvérsia em torno da celebração da viagem de Vasco da Gama, tanto em Portugal como na Índia, ou do achamento do Brasil naquele país latino-americano, onde de certa forma se replicou a discussão que já tinha acontecido aquando das comemorações espanholas de 1992.

---

<sup>29</sup> Decreto-Lei nº 391/86, de 22 de novembro, no *Diário da República*, I série, nº 270, 22-11-1986.

<sup>30</sup> Para uma abordagem mais detalhada ver: Fernando CATROGA: «As ritualizações da História», *op. cit.*, pp. 612-620; Maria Isabel JOÃO: «Os Grandes Centenários Nacionais (1880-2001)», in *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, Instituições e Império*, orgs. Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa y Luís Miguel Duarte, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 567-590.

Todavia, se olharmos retrospectivamente para as grandes celebrações nacionais, verificamos que o que se comemora é uma visão da história que foi herdada das narrativas românticas oitocentistas. Desde logo, a ideia do povo como herói coletivo da sua própria história e a galeria dos homens que foram responsáveis pelos momentos épicos da construção da nação e da sua expansão no mundo. O fundador do reino, D. Afonso Henriques, teve direito a uma estátua em Guimarães, o celebrado «berço da nacionalidade», do escultor Soares dos Reis, em 1887. Seria também recordado no duplo centenário de 1940. A origem medieval da nação é um autêntico selo da sua antiguidade e permanência, mas a data que foi objeto de celebração regular prende-se com o 1º Dezembro, marco simbólico da vontade de autonomia dos portugueses face ao poderoso vizinho castelhano. No quadro da estruturação do nacionalismo português foi essa a data mais valorizada, tendo sido inaugurado em 1886 o Monumento aos Restauradores, no centro de Lisboa. Depois do fundador e dos restauradores, distinguem-se na memória nacional a época e os heróis dos descobrimentos e da expansão, uma plêiade onde alguns nomes sobressaem pela forma recorrente como foram objeto de comemorações, com o infante D. Henrique e Vasco da Gama claramente no topo.

As grandes navegações portuguesas e os descobrimentos são considerados até hoje o grande expoente da capacidade realizadora dos portugueses e, nas palavras de Eduardo Lourenço, uma «espécie de bilhete de identidade íntimo que cada um de nós traz no bolso interior da sua alma: descobrimos e baptizámos a Terra, de Cabo Verde à Índia, do estreito de Magalhães às Filipinas»<sup>31</sup>. Por isso, no ciclo comemorativo de 1987-2001, evocaram-se acontecimentos e figuras mais conhecidos, como as viagens de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama, o Infante D. Henrique, ou o descobrimento do Brasil. Porém, o longo ciclo comemorativo permitiu que se focasse a atenção noutros objetos suscetíveis de comemoração. A chegada dos portugueses ao Japão despertou o interesse por episódios menos conhecidos da história nacional, com a grande vantagem de não suscitar do lado japonês qualquer reação negativa. Pelo contrário, o primeiro contacto com os portugueses e a introdução da espingarda, que teria ocorrido em 1543, são recriados todos os anos através de um festival na ilha de Tanegashima, onde se situa um importante centro espacial. Em 1994, realizou-se a celebração em conjunto com a Espanha do tratado de Tordesilhas. Em 1997, foi a vez do terceiro centenário da morte do padre António Vieira, em que um «extenso programa de actividades fortemente relacionado com o Brasil integrou-se, de resto, no lançamento da preparação intensiva das actividades enquadradas na preparação das comemorações cabralinas»<sup>32</sup>. Em 2001, ainda se recordou as viagens dos irmãos Miguel e Gaspar Corte Real à Terra Nova ou Terra do Bacalhau que, posteriormente, foi tão importante na gastronomia e na cultura nacional<sup>33</sup>.

Num contexto pós-colonial, valorizou-se mais as descobertas e o contactos culturais com os outros do que as conquistas e os feitos guerreiros, naturalmente. Os heróis

---

<sup>31</sup> Eduardo LOURENÇO: «Identidade e memória. O caso português», em *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 11. Originalmente escrito em 1984 para uma palestra proferida em Durhan (EE.UU.).

<sup>32</sup> António Manuel HESPANHA (coord.): *Há 500 anos. Balaço de três anos de comemorações dos descobrimentos portugueses 1996-1998*, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 32.

<sup>33</sup> Ver número temático da revista *Oceanos*, «Terra Nova. A epopeia do bacalhau», 45, jan-mar 2001.

mais recentes ligados à ocupação colonial, do final do século XIX, deixaram de ser comemoráveis e rapidamente vão passando para o esquecimento. Mas também os termos e expressões habituais se revelaram problemáticos. O termo descobrimentos fora objeto de discussão no quadro das comemorações colômbinas. Argumentou-se que se inseria numa conceção eurocêntrica da história que coloca os europeus na posição ativa de descobridores e os outros na atitude passiva de descobertos. Mas o termo está profundamente enraizado no léxico e na memória coletiva e manteve-se na designação oficial do processo comemorativo, sendo o mais utilizado nos discursos públicos. Contudo, não deixou de procurar-se outros termos que pudessem traduzir a ideia da descoberta mútua, afinal era isso que acontecia quando seres humanos que se ignoravam estabeleciam os primeiros contactos. Por isso, inventou-se a expressão «encontro dos mundos» que foi adotada no âmbito das comemorações espanholas. Pretendia-se, desta forma, atualizar a linguagem e colocá-la ao serviço de uma ideia de aproximação e de intercâmbio entre povos e culturas. A expressão teve aceitação entre os responsáveis das comemorações portuguesas e foi utilizada em discursos e exposições de grande divulgação, como foram «Portugal na Abertura do Mundo» e «As Viagens Portuguesas e o Encontro das Civilizações»<sup>34</sup>. Por sua vez, o Grupo de Trabalho do Ministério da Educação inaugurou uma exposição itinerante sobre «O Encontro dos Povos», onde se procurou apresentar a visão dos portugueses sobre os outros e a deles sobre nós.

«O cruzamento dos olhares, reconstituídos a partir da iconografia da época e dos testemunhos, é uma forma de sensibilizar os jovens para as múltiplas facetas do encontro dos povos. Pretende-se, deste modo, suscitar uma atitude de compreensão, aceitação e respeito pelas diferenças culturais que têm marcado o mundo»<sup>35</sup>.

Apesar das boas intenções, é inevitável reconhecer que encontro implica uma relação de reciprocidade e horizontal que não corresponde aos factos históricos, como foi assinalado de imediato. Trata-se de uma versão da história que acaba por escamotear a desigualdade das relações, a violência e a conflitualidade que tem estado na base de muitos dos contactos entre os povos. As relações de domínio e de poder permeiam a maioria das ações humanas e a história não é um relato edificante nem tão pouco exemplar. Os promotores oitocentistas de comemorações já se tinham deparado com essa dificuldade e as narrativas bastante cruas das crónicas e dos documentos quinhentistas eram, por vezes, invocadas para recordar o lado negro da história da expansão. Mas havia a convicção de que tudo isso tinha sido redimido pelo esforço de evangelização cristã e civilizadora que acompanhara o processo de conquista e ocupação do mundo pelos europeus. Tal ideia deixou de ser defensável e, por isso, os responsáveis pelas comemorações espanholas e portuguesas não podiam ficar indiferentes a estes debates.

Luis Yañez-Barnuevo, presidente da comissão do quinto centenário espanhol, reconheceu a ambiguidade do «encontro» numa entrevista que deu ao jornal *El País*, em

---

<sup>34</sup> Síntese das Actividades e Iniciativas Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1989-1994, Lisboa, CNCDP, s.d., p. 29.

<sup>35</sup> *A Escola e os Descobrimientos, Síntese e balanço das Comemorações (1988-2000)*, Lisboa, GTMECDP, 2001, p. 145.

12 de Outubro de 1992<sup>36</sup>. Em Portugal, a utilização do termo teve alguma expressão pública, mas não se enraizou no discurso oficial. Em 1996, no programa estratégico da CNCDP, o comissário António Manuel Hespanha reconhecia que «a expressão “descobrimientos” comporta um evidente enviesamento eurocêntrico» e defendia que a compreensão histórica do momento que se comemorava não devia ser amputada de qualquer das perspetivas do «confronto intercultural»<sup>37</sup>. No balanço que fez das comemorações, no relatório de 1999, considerou ainda que as metáforas do «encontro», «diálogo de culturas» e «abertura do mundo» apresentam uma visão amável da história que silencia o «carácter desigual, conflitual e frequentemente brutal dos contactos»<sup>38</sup>. Apesar de reconhecer que o espírito coletivo que se promoveu com a ideia do «encontro de culturas» tinha sido positivo, como «factor de promoção de valores humanistas e anti-racistas», defendia que «uma partilha mais autêntica e corajosa de memórias tem que recusar estas fórmulas roseamente equívocas»<sup>39</sup>. A orientação da CNCDP foi no sentido de cultivar uma abordagem complexa e plural da história que tivesse em conta o cruzamento dos olhares e das perspetivas.

Passada mais de uma década sobre o fim do ciclo comemorativo, a falta de estudos sociológicos sobre as representações do passado e das figuras históricas que marcam o imaginário dos portugueses torna arriscada qualquer análise. De forma difusa, percebe-se que houve mudanças, as quais também têm de ser vistas em termos geracionais. A escola atual não tem o mesmo papel da escola salazarista na formação da memória histórica. Aliás, tem sido criticada por dar pouca importância à história nacional e por colocar a tónica em conceitos e abstrações que não contribuem para formar a memória e a consciência histórica dos futuros cidadãos. Por outro lado, a complexidade das abordagens e dos discursos comemorativos atuais não são de molde a construir visões simples e maniqueístas do passado, facilmente assimiláveis pelas populações. Contudo, parece evidente que, com o investimento recorrente nas comemorações, o Estado e as elites portuguesas pretendem contribuir, tal como noutros países, para a formação da memória dos cidadãos e para projetar uma imagem positiva do país, no plano interno e externo. Ao mesmo tempo, reinventam-se as narrativas sobre nós, o povo ou a nação, dois termos românticos ainda hoje vigentes, e sobre o passado e futuro coletivos.

---

<sup>36</sup> Bernard VINCENT: «Les commémorations de 1492», *Le Débat*, 78, janvier-février (1994), p. 86.

<sup>37</sup> *Há 500 anos...*, p. 93.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>39</sup> *Ibidem*, pp. 18-19.